

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 14 de julho de 2021 • Nº 1109 • R\$ 1,00

www.diariooacionista.com.br

PROJETO

Câmara acaba com os supersalários

A Câmara dos Deputados aprovou em menos de 15 minutos o projeto que regulamenta dispositivo da Constituição que trata dos limites remuneratórios e que, segundo cálculos, poderia ajudar a União a economizar até R\$ 3 bilhões por ano. O texto foi aprovado em votação simbólica.

Como teve mudanças, volta para o Senado. O projeto dispõe sobre pagamentos promovidos no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional da União, estados e municípios. Estão sujeitos à regulamentação, entre outros, o presidente, vice-presidente, ministros, gover-

nadores, prefeitos, secretários estaduais e municipais, membros do Legislativo, juízes, do Ministério Público, da Defensoria Pública, dentre outros. De acordo com o texto, não estão submetidos ao limite remuneratório auxílio-alimentação, mensalidade de planos de saúde. **PÁGINA 2**

ENERGIA

Bolsonaro sanciona MP de privatização da Eletrobras

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, com vetos, a MP (medida provisória) que abre caminho para a privatização da Eletrobras. A sanção foi publicada na edição do Diário Oficial da União de ontem. Pontos polêmicos da proposta foram mantidos no texto, como a determinação de que seja realizada a contratação de usinas termelétricas a gás e pequenas centrais hidrelétricas em regiões do país, além de prorrogar os contratos do Proinfra (Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica). Essa medida colocou o governo e o Congresso em lados opostos a associações do setor elétrico, que preveem aumento do custo de energia elétrica. **PÁGINA 2**

BRAGA NETTO

General terá de explicar intimidação da CPI

O ministro da Defesa, general da reserva Walter Braga Netto, terá de dar explicações à Câmara sobre a nota pública emitida no último dia 7 para intimidar o trabalho dos senadores na CPI da Covid. Ele assinou a nota juntamente com os comandantes das três Forças. A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara aprovou ontem um convite para que o ministro explique as razões da intimidação. O requerimento, de autoria do deputado Elias Vaz (PSB-GO), era para que Braga Netto fosse convocado, o que obriga a presença na comissão. Segundo informações da Câmara, a conversão em convite se deu a partir de um acordo com a liderança do governo na Casa, que garantiu a ida do ministro à comissão no próximo dia 17 de agosto. **PÁGINA 3**

MAIO

Setor de serviços sobe 1,2% e supera nível da pré-pandemia



IBGE

O volume do setor de serviços no país avançou 1,2% em maio, na comparação com abril, e voltou a ficar acima do patamar pré-pandemia. O resultado foi divulgado ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O avanço de 1,2% foi o maior para o mês desde o começo da série histórica, com dados a partir de 2011. Segundo o IBGE, o setor ficou 0,2% acima do nível pré-crise, registrado em fevereiro de 2020. Esse patamar já havia sido alcançado em fevereiro deste ano. Contudo, a piora da pandemia gerou novas restrições, abalando serviços diversos em março. Em relação a maio de 2020, o setor teve alta de 23% -a alta expressiva é justificada pela base de comparação muito depreciada, dado que naquele período o país sofria o baque inicial da pandemia. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam avanço de 21,9% nessa base de comparação. "O setor vinha mostrando boa recuperação, mas, em março, com um novo agravamento do número de casos de Covid-19, governadores e prefeitos de diversos locais do país voltaram a adotar medidas mais restritivas, afetando o funcionamento das empresas de serviços. Em abril e maio, essas medidas começam a ser relaxadas e o setor volta a crescer", analisou Rodrigo Lobo (foto), gerente da pesquisa do IBGE. **PÁGINA 2**

STF



FOLHAPRESS

CPI da Covid obtém aval para agir contra silêncio de depoentes

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, acolheu parcialmente ontem uma demanda da CPI da Covid que dá fôlego para a comissão reagir à sistemática atitude de depoentes de permanecerem em silêncio, graças a decisões da Justiça. Fux atendeu parcialmente a dois embargos (recursos), um apresentado pela CPI e outro pela defesa de Emanuele Medrades (foto), representante da Precisa Medicamentos que decidiu ficar em silêncio no depoimento ontem. Pela decisão de Fux, cabe ao depoente decidir se a resposta a uma pergunta poderá incriminá-lo, mantendo, assim, o silêncio. O magistrado, no entanto, diz que nenhum direito é absoluto e que cabe à CPI avaliar se o depoente abusa dessa prerrogativa, afirmando que a comissão tem os instrumentos para adotar providências. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,45% / 128.167,74 / 573,91 / Volume: 24.369.583.701 / Quantidade: 3.349.553										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,60% (jun.)	EURO turismo	Compra: 6,1715	Venda: 6,3515		
Maiores Altas										Maiores Baixas		Mais Negociadas		Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	0,53% (jun.)	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1764	5,1770
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	Taxa Selic (16/06)	4,25%	0,15	até o dia 13/jul	Compra: 5,1793	Venda: 5,1799	
HYPERA ON NM	36,45	+6,36	+2,18	EMBRAER ON NM	19,12	-2,94	-0,58	VALE ON NM	115,75	+0,59	+0,68	Dow Jones	34.888,79	-0,31	Poupança 3 (14/7)	0,24%	OURO	R\$ 298,00	Compra: 5,1918	Venda: 5,3718
CIA HERING ON NM	38,54	+5,56	+2,03	BANCO INTER UNT N2	77,00	-2,05	-1,61	PETROBRAS PN N2	27,90	+0,61	+0,17	NASDAQ Composite	14.677,653	-0,38	TR (prefixada) (29/8/2017)	0,0098	BM&F/grama	R\$ 298,00		
JHSF PART ON NM	7,50	+3,16	+0,23	SUZANO S.A. ON NM	59,47	-1,62	-0,98	ITAUUNBANCOPN ED N1	29,87	+0,61	+0,18	Euro STOXX 50	4.090,8	-0,17			EURO Comercial	Compra: 6,0995	Venda: 6,1001	
BR MALLS PARON NM	10,54	+2,63	+0,27	EQUATORIAL ON NM	24,15	-1,83	-0,45	BRDESCO PN EJ N1	25,19	-0,08	-0,02	CAC 40	6.558,47	-0,01			DÓLAR turismo	Compra: 5,1918	Venda: 5,3718	
BRADSPAR PN N1	79,30	+2,85	+2,20	CEMIG PN N1	11,89	-2,06	-0,25	SID NACIONALON	47,28	+1,00	+0,47	FTSE 100	7.124,72	-0,01						
												DAX	15.789,64	-0,01						

DocuSigned by:

Autentico
Acionista

6BF787B5695F4B6...

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site

www.diariooacionista.com.br



Bovespa descola do exterior e fecha em alta com mudanças no IR

JÁLIA MOURA/FOLHAPRESS

Investidores reagiram positivamente à nova versão da proposta de reforma do IR (Imposto de Renda) ontem, levando a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) a descolar do viés negativo do exterior. Segundo parecer do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), o projeto prevê um corte de 12,5 pontos percentuais no tributo sobre empresas, o que pode beneficiar o mercado de capitais.

A Bovespa, que chegou a cair 0,9%, passou a subir após Sabino detalhar substitutivo do texto, que remove a proposta de tributar fundos imobiliários (FIIs), mas mantém a proposta original do governo de tributar em 20% os lucros dos dividendos e de acabar com o mecanismo de JCP (juros sobre capital próprio).

Na B3, o índice de FIIs, que sofreu um tombo com o anúncio da proposta no final de junho, subiu 0,93%.

Já a ação da Multiplan avançou 2,86% nesta terça e BRMalls teve alta de 2,63%. Iguatemi encerrou com elevação de 2,26% e JHSF valorizou-se 3,16%.

O Ibovespa fechou em alta de 0,45%, a 128.167,74 pontos, escapando do viés negativo

nos Estados Unidos. Com a inflação americana no maior patamar em 13 anos em junho, investidores se preocupam com um possível fim dos estímulos monetários antes do previsto. O S&P 500 caiu 0,35% e o Dow Jones 0,31%. Nasdaq recuou 0,38%.

O dólar, por sua vez, teve leve alta de 0,15%, a R\$ 5,181. O dólar turismo está a R\$ 5,33. A alta veio em linha com o movimento da divisa no exterior, com dados da inflação americana acima do esperado.

Na Bolsa, a Hypera foi um destaque ao subir 6,36%, após divulgar acordo com a Sanofi para compra de 12 marcas de medicamentos isentos de prescrição no Brasil, México e Colômbia por US\$ 190,3 milhões.

Já a Vale subiu 0,59%, favorecida pela alta dos contratos futuros do minério de ferro na China. O sinal positivo prevaleceu no setor, com destaque para Usiminas, que terminou com acréscimo de 1,33%.

As ações preferenciais (mais negociadas) da Petróbras avançaram 0,61%, acompanhando o fechamento positivo dos preços do petróleo no mercado externo. As ordinárias (com direito a voto) subiram 0,39%. Embraer recuou 2,94%.

Setor de serviços tem alta de 1,2% em maio

LEONARDO VIECELI/FOLHAPRESS

O volume do setor de serviços no país avançou 1,2% em maio, na comparação com abril, e voltou a ficar acima do patamar pré-pandemia. O resultado foi divulgado ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O avanço de 1,2% foi o maior para o mês desde o começo da série histórica, com dados a partir de 2011.

Segundo o IBGE, o setor ficou 0,2% acima do nível pré-crise, registrado em fevereiro de 2020. Esse patamar já havia sido alcançado em fevereiro deste ano. Contudo, a piora da pandemia gerou novas restrições, abalando serviços diversos em março.

Em relação a maio de 2020, o setor teve alta de 23% - a alta expressiva é justificada pela base de comparação muito depreciada, dado que naquele período o país sofria o baque inicial da pandemia.

Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam avanço de 21,9% nessa base de comparação.

A prestação de serviços foi atingida em cheio pela Covid-19 porque reúne atividades que dependem da circulação de clientes,

contato direto e aglomerações. Entre elas, estão operações de hotéis, bares, restaurantes e eventos.

Após despencar no começo da crise sanitária, o setor ensaiou retomada ao longo de 2020. No entanto, deu sinais de perda de fôlego com a redução de estímulos à economia e o avanço da Covid-19 na largada de 2021.

"O setor vinha mostrando boa recuperação, mas, em março, com um novo agravamento do número de casos de Covid-19, governadores e prefeitos de diversos locais do país voltaram a adotar medidas mais restritivas, afetando o funcionamento das empresas de serviços. Em abril e maio, essas medidas começam a ser relaxadas e o setor volta a crescer", analisou Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa do IBGE.

Conforme o instituto, o volume de serviços seguiu no vermelho no acumulado em 12 meses. Até maio, a baixa foi de 2,2%. Já nos primeiros cinco meses de 2021, houve elevação de 7,3%.

Na visão de Lobo, além das restrições menores, a vacinação contra a Covid-19 também vem favorecendo os negócios.

"À medida que a vacinação avança, a gente observa maior flexibilização e maior confiança das famílias para consumo de servi-

ços como os de restaurantes e hotéis. A gente já percebe um avanço nas receitas de serviços prestados às famílias", ressaltou.

Por outro lado, o alto nível de desemprego e a perda de renda na pandemia desafiam a recuperação dos negócios, ponderou Lobo. Segundo o IBGE, o setor de serviços opera 11,3% abaixo do recorde histórico, alcançado em novembro de 2014.

"A gente sabe que a pandemia trouxe restrições de renda. Isso vai funcionar como um impeditivo para as famílias, mas, por ora, com a base deprimida, há espaço para crescimento [de serviços]", pontuou.

Em maio, a alta de 1,2% frente a abril foi acompanhada por três das cinco atividades investigadas. Os destaques foram transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (3,7%). Essa elevação teve impacto da queda no preço das passagens aéreas, além do aumento da demanda nesse ramo.

Serviços prestados às famílias (17,9%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (1%) também tiveram desempenho positivo.

Em contrapartida, informação e comunicação (-1%) e outros serviços (-0,2%) apontaram os únicos resultados negativos

no quinto mês do ano.

Lobo destacou que ainda existem diferenças entre as atividades pesquisadas. Segundo ele, serviços que dependem mais do fluxo de clientes em operações físicas encontram mais obstáculos para retomada. É o caso dos serviços prestados às famílias, que reúnem restaurantes e hotéis, por exemplo. Esse segmento ainda está 29,1% abaixo do pré-pandemia.

Serviços profissionais, administrativos e complementares, por sua vez, estão em nível 2,7% inferior ao pré-crise. "O avanço da vacinação traz um fôlego maior, mas há um longo caminho a ser percorrido por serviços de caráter presencial", sublinhou Lobo.

As outras três atividades do setor já ultrapassaram o nível pré-crise. Serviços de informação e comunicação estão 6,4% acima desse patamar; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, 4,7%; e outros serviços, 3,3%.

Neste mês, o IBGE também divulgou o balanço de outros dois indicadores setoriais: produção industrial e vendas do comércio. Conforme o instituto, tanto a produção das fábricas quanto as vendas do varejo cresceram 1,4% em maio, frente a abril.

Novo texto da reforma tributária deixa buraco de R\$ 30 bilhões

FÁBIO PUPO E BERNARDO CARAM/FOLHAPRESS

O relator da reforma tributária, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), afirmou ontem que a nova versão do projeto de lei que altera o Imposto de Renda vai reduzir em R\$ 30 bilhões a arrecadação federal.

"No cálculo que fechamos ontem, com estudos da Receita Federal, temos uma previsão de redução efetiva da carga tributária de cerca de R\$ 30 bilhões", afirmou.

Segundo ele, o impacto com as medidas que reduzem a arrecadação está calculado em R\$ 115 bilhões. Já as ações de compensação previstas no texto estão estimadas em cerca de R\$ 85 bilhões, deixando um buraco na proposta.

A conta já inclui a retirada de subsídios para quatro setores específicos, o que atingirá cerca de 20 mil empresas no Brasil. "Estamos propondo retirar benefícios de 20 mil empresas e, em contrapartida, beneficiar 1,1 milhão de empresas", afirmou.

O deputado afirmou que o corte de benefícios atinge empresas ligadas aos segmentos de cosméticos, perfumaria, medicamentos e produtos químicos.

Além disso, ele diz que haverá tributação sobre aeronaves e embarcações. "Se você

for comprar um iate, ou um jato, você não paga boa parte dos tributos. Estamos tirando esses benefícios", disse.

O projeto também retira benefícios tributários de empresas de geração de termelétricas no PIS e Cofins, usados na aquisição de carvão e gás. "Entendemos que esse setor foi amplamente beneficiado com a capitalização da Eletrobras", afirmou.

O deputado diz que o objetivo é tentar compensar a queda na arrecadação com medidas como tributação de auxílio-moradia e auxílio-transporte para agentes públicos (inclusive para juízes e políticos), o corte de supersalários (em outro projeto, ainda a ser votado pelo Congresso) e até com a perspectiva de aumento na arrecadação devido à retomada da atividade neste ano.

Além disso, ele afirma que aposta em um crescimento econômico e da arrecadação no segundo semestre.

"Nossa aposta é no incremento da arrecadação prevista pelo ministério para o segundo semestre. E também todos nós, Câmara, governo, cidadãos e empreendedores, estamos apostando no Brasil. A gente acredita que essa medida, além de fomentar a economia, dá mais força para o pulsar das empresas e vai trazer mais arrecadação", disse.

Câmara dos Deputados aprova projeto que limita supersalários

DANIELLE BRANT/FOLHAPRESS

A Câmara dos Deputados aprovou em menos de 15 minutos o projeto que regulamenta dispositivo da Constituição que trata dos limites remuneratórios e que, segundo cálculos, poderia ajudar a União a economizar até R\$ 3 bilhões por ano.

O texto foi aprovado em votação simbólica. Como teve mudanças, volta para o Senado.

O projeto dispõe sobre pagamentos promovidos no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional da União, estados e municípios. Estão sujeitos à regulamentação, entre outros, o presidente, vice-presidente, ministros, governadores, prefeitos, secretários estaduais e municipais, membros do

Legislativo, juízes, do Ministério Público, da Defensoria Pública, dentre outros.

De acordo com o texto, não estão submetidos ao limite remuneratório auxílio-alimentação, mensalidade de planos de saúde, adicional de um terço de férias, pagamentos de férias não gozadas - em todos os casos, com limites específicos.

Também não entram nesse teto o 13º salário, adicional noturno e serviço extraordinário, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, auxílio-creche, auxílio ou indenização de transporte, indenização por uso de veículo próprio em serviço, auxílio-moradia e diárias e indenização por afastamento do local de trabalho para execução de trabalhos de campo sem direito a receber diárias.

Ficam de fora ainda ajuda de custo para mudança e transporte, gratificação pelo exercício de função eleitoral, adicional ou auxílio-funeral, entre outros itens e com limitações específicas.

O texto indica que pagamentos feitos em moeda estrangeira a agentes públicos em serviço no exterior, como diplomatas, e que não sejam classificados como indenizatórios serão submetidos ao limite remuneratório do dispositivo constitucional "pela utilização do critério de paridade do poder de compra entre a moeda nacional e a moeda padrão utilizada nas transações financeiras internacionais do governo brasileiro".

Além disso, determina ser crime excluir ou autorizar a exclusão da incidência do limite remuneratório sobre os pagamentos. A

pena seria de detenção de dois a seis anos. As condutas, segundo o texto, acarretarão ato de improbidade administrativa, com punição quando for praticado por agentes públicos.

Segundo o gabinete do relator do texto, deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), a estimativa é que a União economize R\$ 3 bilhões ao ano com o extrateto.

"Não é possível mais admitir que, por meio centenas de 'penduricalhos' dos mais variados tipos, uma pequena casta chegue a receber salários de mais de R\$ 100 mil por mês", criticou o relator. "Barramos centenas desses auxílios, que agora não podem mais fazer com que os salários ultrapassem o teto. Se não está nessa lista, o auxílio vai passar pelo corte."

Bolsonaro sanciona com vetos MP da venda da Eletrobras

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, com vetos, a MP (medida provisória) que abre caminho para a privatização da Eletrobras. A sanção foi publicada na edição do Diário Oficial da União de ontem.

Pontos polêmicos da proposta foram mantidos no texto, como a determinação de que seja realizada a contratação de usinas termelétricas a gás e pequenas centrais hidrelétricas em regiões do país, além de prorrogar os contratos do Proinfra (Programa de Incentivos

às Fontes Alternativas de Energia Elétrica). Essa medida colocou o governo e o Congresso em lados opostos a associações do setor elétrico, que preveem aumento do custo de energia elétrica. O Ministério de Minas e Energia, no entanto, projeta redução das tarifas no médio a longo prazo.

Para viabilizar o apoio da maioria dos deputados e dos senadores, o governo teve que ceder e foram incluídas mudanças na proposta que não estavam previstas na versão original. Esses en-

xertos no projeto são conhecidos como jabutis. O governo espera realizar a privatização da Eletrobras até fevereiro de 2022.

Com a sanção da lei, fica permitido o aumento de capital da Eletrobras por meio da diluição da participação da União no controle da empresa. A ideia é que a companhia lance ações com direito a voto (ordinárias), diminuindo para cerca de 45% a fatia que a União tem hoje na elétrica.

É autorizado ainda que a União faça uma oferta secundária

de ações, vendendo sua própria participação na empresa.

Diante do aval à privatização dado pelo Congresso, começarão a ser definidas as premissas de modelagem da operação. Isso será posteriormente analisado pelo BNDES. Em seguida, será avaliado pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

Se as regras forem homologadas, será iniciado o rito legal e burocrático para a operação. Isso envolve a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e a própria Eletrobras, por exemplo, com uma assembleia de acionistas da estatal. Entre os trechos vetados por Bolsonaro estão artigos que beneficiariam os funcionários da Eletrobras, como a obrigatoriedade de realocar os empregados da estatal e de suas subsidiárias por 12 meses após a privatização.

Tels.: (21)
3556-3030
96865-1628

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial
Rio de Janeiro São Paulo
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro 99539-3634-Vivo
Rua Olímpidas, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000 Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS
ACESSE NOSSO SITE

STF

CPI obtém aval para agir contra silêncio de depoentes

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, acolheu parcialmente ontem uma demanda da CPI da Covid que dá fôlego para a comissão reagir à sistemática atitude de depoentes de permanecerem em silêncio, graças a decisões da Justiça.

Fux atendeu parcialmente a dois embargos (recursos), um apresentado pela CPI e outro pela defesa de Emanuele Medrades, representante da Precisa Medicamentos que decidiu ficar em silêncio no depoimento ontem.

Pela decisão de Fux, cabe ao depoente decidir se a resposta a uma pergunta poderá incriminá-lo, mantendo, assim, o silêncio.

O magistrado, no entanto, diz que nenhum direito é absoluto e que cabe à CPI avaliar se o depoente abusa dessa prerrogativa, afirmando que a comissão tem os instrumentos para adotar providências.

A decisão diz ainda que o Supremo não atua previamente no controle dos atos da comissão.

Emanuele Medrades abriu mão, inclusive, do seu pronunciamento inicial de 15 minutos

antes dos questionamentos. Afirmando apenas que foi a própria CPI que a tratou como investigada.

"Quem me tratou primeiro como investigada foi a CPI, que quebrou meus sigilos", disse ela, para em seguida declarar que seguiria orientações de seus advogados e permanecerá em silêncio.

Os senadores reagiram e afirmaram que o habeas corpus garante o silêncio apenas nas questões que a envolvem. A depoente, portanto, deveria se manifestar sobre outros assuntos.

Medrades irritou os senado-

res ao evitar responder questões que pouco dizem respeito a irregularidades. A diretora evitou, por exemplo, esclarecer qual o seu vínculo empregatício com a Precisa.

Por causa disso, o presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), decidiu suspender a sessão e entrou com um embargo de declaração junto ao STF questionando os limites do silêncio da depoente.

Aziz então questionou o STF se ela já cometeu crimes de falso testemunho, por se recusar a responder perguntas.

PRESSÃO

General terá de explicar na Câmara intimidação dos trabalhos da CPI

VINICIUS SASSINE/FOLHAPRESS

O ministro da Defesa, general da reserva Walter Braga Netto, terá de dar explicações à Câmara sobre a nota pública emitida no último dia 7 para intimidar o trabalho dos senadores na CPI da Covid. Ele assinou a nota juntamente com os comandantes das três Forças.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara aprovou ontem um convite para que o ministro explique as razões da intimidação.

O requerimento, de autoria do deputado Elias Vaz (PSB-

GO), era para que Braga Netto fosse convocado, o que obriga a presença na comissão.

Segundo informações da Câmara, a conversão em convite se deu a partir de um acordo com a liderança do governo na Casa, que garantiu a ida do ministro à comissão no próximo dia 17 de agosto.

"Esse tipo de manifestação configura claramente uma verdadeira intimidação não só ao senador Omar Aziz, mas ao Parlamento brasileiro, que tem procurado exercer o seu papel constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo", afir-

mou Vaz no requerimento convertido em convite e aprovado pela comissão.

"Inclusive esta comissão tem fiscalizado claros indícios de irregularidades envolvendo as Forças Armadas, em processos licitatórios", disse o deputado.

Na noite do último dia 7, o ministro da Defesa e os comandantes das três Forças divulgaram uma nota com o pretexto de rebater afirmações feitas pelo presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM).

Aziz havia afirmado, numa sessão da CPI, que há muitos anos o Brasil "não via membros

do lado podre das Forças Armadas envolvidos com falcatura dentro do governo".

A afirmação foi feita a partir do surgimento de diversos militares das Forças nas suspeitas de irregularidades e corrupção na compra de vacinas pelo governo de Jair Bolsonaro.

Na nota conjunta, as cúpulas militares disseram repudiar as declarações. E concluíram com uma ameaça: "As Forças Armadas não aceitarão qualquer ataque leviano às instituições que defendem a democracia e a liberdade do povo brasileiro."

VAGA NO STF

Presidente da OAB acha vergonhoso a exploração da religião por Mendonça

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz, classificou como vergonhosa o que chamou de "exploração da religião" por parte do ministro da AGU (Advocacia-Geral da União), André Mendonça, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para o STF (Supremo Tribunal Federal).

"Agradeço a Deus pela vida e por essa possibilidade de servir meu país; à minha família, pelo amor recíproco; ao presidente Jair Bolsonaro, pela confiança; aos líderes evangélicos, parlamentares, amigos e todos que têm me apoiado", escreveu

Mendonça em suas redes sociais ontem, após a publicação da indicação no Diário Oficial da União.

"Quem agradece a líderes religiosos por sua indicação não merece ser nomeado", afirma Santa Cruz à reportagem.

"Tudo que o Brasil não precisa é de uma guerra religiosa. (O ministro Luiz) Fux é o primeiro presidente judeu do STF sem que ninguém fale disso. É uma vergonha a exploração da religião para ser ministro do STF", segue.

A indicação de Mendonça representa não apenas a escolha de um contumaz defensor do presidente para a corte, a segun-

da feita por Bolsonaro. A escolha dele também é um aceno à base evangélica. Desde 2019, o mandatário prometia indicar um nome "terrivelmente evangélico" para o STF.

A promessa foi descumprida em outubro de 2020, quando escolheu Kassio Nunes Marques para a vaga de Celso de Mello. Mas agora, com o eleitorado evangélico dividido entre Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o chefe do Executivo cumpriu o que prometeu.

A indicação é só o primeiro passo de Mendonça rumo a uma cadeira no STF. Para chegar lá, o pastor presbiteriano

precisará ser sabatinado e aprovado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado. Depois disso, o escolhido de Bolsonaro ainda precisa ser aprovado pelo plenário da Casa. Para não se frustrar, Mendonça já vinha conversando com senadores para diminuir a resistência a seu nome.

O candidato a ministro do Supremo tende a ter mais dificuldade diante da nova tensão entre os Poderes provocada por declarações golpistas de Bolsonaro, que, sem provas, acusa fraudes nas eleições e chegou a acenar com a possibilidade de que o pleito não aconteça no ano que vem.

INTERIOR

Quadrilha invade Jarinu para roubar empresa de ouro e causa terror

CAMARGO E ROGÉRIO PAGNAN/FOLHAPRESS

Uma quadrilha fortemente armada invadiu Jarinu, a 75 km da capital paulista, na madrugada desta terça-feira, para assaltar uma empresa do ramo de joalheria especializada em joias localizada em uma chácara, na zona rural da cidade. Ninguém ficou ferido.

O barulho de tiros e explosões assustou os moradores da cidade de 30 mil habitantes. Segundo o relato de testemunhas, os criminosos colocaram fogo em veículos para criar uma barreira contra a polícia.

Durante a fuga, houve troca de tiros entre a quadrilha e a polícia na altura de Campo Limpo Paulista e na estrada entre Jarinu e Atibaia. Até o começo da tarde de ontem, ninguém havia sido preso e não há registro de feridos. Jarinu é a 32ª cidade paulista a ser atacada por esse tipo de quadrilha desde 2018.

De acordo com integrantes da cúpula da Polícia Civil e Militar ouvidos pela reportagem, os criminosos foram supostamente levados até ali por uma informação de haver grande quantidade de ouro no local, mas a dica estava errada.

Os criminosos ficaram por cerca de uma hora na propriedade e, quando abriram o cofre da fábrica, descobriram que ele estava vazio. Ainda segundo policiais ouvidos pela reportagem, eles foram embora sem levar praticamente nada e com prejuízo da operação, que envolve centenas de milhares de reais.

De acordo com informações oficiais, os criminosos invadiram a cidade pouco depois da meia-noite em um comboio de ao menos quatro veículos, entre SUVs e caminhonetes modelos Hilux, Renegade, Chevrolet S-10, e uma Land Rover.

Os confrontos começaram logo após o acesso dos criminosos à fábrica, quando eles usaram explosivos para derrubar o portão e para abrir o cofre. Parte da quadrilha passou a queimar veículos nas vias de acesso ao local.

Os criminosos usavam armas longas e de grosso calibre, entre elas uma metralhadora calibre .50, utilizada em guerra para perfurar veículos blindados e derrubar aeronaves.

Durante a fuga os criminosos depararam com equipes na PM na Rodovia Fernão Dias, iniciando novo confronto. Duas viaturas foram atingidas por disparos, mas não houve feridos.

A polícia encontrou artefatos explosivos na caçamba de um veículo da empresa e, por isso, o Gate da PM foi acionado até o local.

Assaltos desse tipo, realizados por quadrilhas especializadas, fazem parte do chamado "novo cangaço". São praticados por criminosos fortemente armados, em grupo de 15 a 30 homens, que chegam a cidades de pequeno e médio portes, durante a madrugada, em comboios de veículos potentes.

Em abril deste ano, uma quadrilha atacou agências bancárias, atirou em lojas e em uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento) em Mococa (a 267 km da capital). Mascarados e atirando para cima e em direção ao comércio local, os criminosos usaram explosivos para roubar o cofre de uma agência da Caixa Econômica Federal.

Ações semelhantes ocorreram recentemente em Criciúma (SC), Cameté (PA) e em cidades do interior de São Paulo, como Araraquara, Botucatu e Ourinhos.

Em Criciúma, a ação de pelo menos 30 criminosos, dez automóveis e armamento de calibre exclusivo das Forças Armadas, em novembro de 2020, foi considerado o maior roubo do tipo na história de Santa Catarina.

Os criminosos atacaram o 9º Batalhão da Polícia Militar com tiros nas janelas, bloqueio na saída com um caminhão em chamas e explosão acionada por celular. "Uma ação sem precedentes", disse o tenente-coronel Cristian Dimitri Andrade, comandante do batalhão. A ação durou cerca de duas horas.

Nota

SUSPEITO DE MATAR CRIANÇA DE 4 ANOS NO ABC JÁ FOI PRESO OUTRAS TRÊS VEZES

A polícia está ouvindo testemunhas para tentar localizar um homem suspeito de matar com um tiro no tórax uma criança de 4 anos, na noite de domingo passado, em Santo André (ABC). Ele fugiu em seguida e está sendo procurado. Segundo relatado pela mãe da vítima, uma dona de casa de 22 anos, a motivação para o crime seria uma antiga desavença entre um ex-vizinho e o pai da menina Ester de Oliveira Sigoli, o caseiro Jorge Williams de Oliveira Sigoli, 30 anos, por causa de uma vaga de garagem. De acordo com boletim de ocorrência registrado domingo no 2º DP de Santo André, a família da criança disse que Bruno de Freitas Lopes, 27 anos, é quem fez os disparos, que também atingiram o pai da menina.

CONDENAÇÃO

Ciro Gomes tem imóvel leiloadado por R\$ 520 mil para indenizar Collor

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

O ex-presidente do Senado Eunício Oliveira arrematou por R\$ 520 mil um apartamento do ex-governador Ciro Gomes (PDT) (foto). O prego, encerrado na segunda-feira passada, foi autorizado pela Justiça como forma de pagamento de indenização por danos morais ao senador Fernando Collor de Mello (PROS-AL).

O ex-presidente abriu um processo contra Ciro após o pedetista afirmar, em entrevista publicada em 1999, que o ex-presidente Lula deveria ter chamado Collor de "playboy safado" e "cheirador de cocaína" em debate nas eleições de 1989.

"Tava barato", diz Eunício, às



JOSE CRUZ

gargalhadas, sobre sua opção de compra. "Eu já ganhei quatro processos (por difamação), tenho R\$ 600 mil para receber dele

(Ciro Gomes). O que ele tiver, vai: casa, carro", afirma à reportagem.

Ele diz estar interessado em

outros imóveis de Ciro que possam ser penhorados. "Ele não chamou o (vereador) Fernando Holiday de capitão do mato?", exemplifica. "Ele (Ciro) perde todas as ações."

O imóvel leiloadado está localizado em Fortaleza e foi avaliado em R\$ 409.647,90 pela empresa Megaleilões, que realizou o prego. Em uma primeira oferta, segundo Eunício, o imóvel havia sido oferecido por R\$ 1 milhão.

A indenização na ação movida por Collor contra o pedetista foi fixada em cerca de R\$ 400 mil -os quais não foram pagos por Ciro, daí o pedido de penhora do apartamento. O ex-presidente é representado pelo advogado Manssur Regina Manssur e Antonio Manssur Netto na ação.

EDITAL DE 1ª e 2ª PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 30/07/2021 às 08h55/2º Público Leilão: 02/08/2021 às 14h00
ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 951, com escritório à Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105 - 4º. Andar - Brooklin Paulista, São Paulo - SP, 04571-010 - Edifício Berrini One, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CREDITAS TEMPUS, inscrito no CNPJ/ME sob nº 29.494.037/0001-03, representado em conformidade com seu Regulamento por sua Administradora CM CAPITAL MARKETS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIAS LTDA., inscrita no CNPJ/ME sob nº 02.671.743/0001-19, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.195, 4º andar, Vila Olímpia, CEP: 04547-004, São Paulo/SP, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do Contrato de Abertura de Limite de Crédito com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças nº 70002063-2, firmado em 30 de janeiro de 2020, o lote único do imóvel descrito a seguir: Apartamento 102, situado na Rua Orfanato nº 121, na freguesia de Jacarepaguá e correspondente fração de 1/5 do respectivo terreno designado "Lote 266" da planta 1020 (parcial), que mede em sua totalizada 20,00m de frente e fundos por 26,00 dos lados, confrontando a direita com o lote 267, a esquerda com o Lote 265 e aos fundos com o lado esquerdo do Lote 268 da servidão que liga a rua Comendador Siqueira e Rua orfanato, sendo todos os confrontantes de propriedade da Companhia de Expansão Territorial ou sucessores, com as seguintes áreas: Área de construção: medindo 4,22m de frente em 3 segmentos de 2,45m mais 0,30m aprofundando a edificação mais 1,47m alargando a edificação, 3,92m de fundos, 10,70m a direita e 11,00m a esquerda; Área de uso comum: a primeira localizada na frente das edificações medindo 20,00m de frente, 22,70m de fundos em 19 segmentos de 2,50m mais 0,30m aprofundando o terreno mais 1,47m estreitando o terreno mais 0,30m estreitando o terreno mais 2,45m alargando o terreno mais 0,30m aprofundando o terreno mais 1,47m estreitando o terreno mais 1,82m estreitando o terreno, 12,65m a direita e 12,35m a esquerda e a segunda localizada os fundos das edificações medindo 20,00m de frente e fundos por 2,65m dos lados. Matrícula nº 381463 do 9º Cartório de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 3.180.939-5, 1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R\$517.830,00 (quinhentos e dezessete mil, oitocentos e trinta reais), 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R\$ 383.736,15 (trezentos e oitenta e três mil, setecentos e trinta e seis reais e quinze centavos). O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do Art. 30 da lei 9.514/97. Permanece intimado o DEVEDOR FIDUCIANTE, MARCELO RODRIGO DA SILVA, RG nº 10319142-5-PP/RJ, inscrito no CPF/ME sob nº 052.358.247-17, das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através dos sites www.sold.com.br e www.sold.superbid.net.

Informações: (11) 3296-7555 - Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º Andar - Brooklin Paulista, São Paulo - SP



CASO MARIELLE

Vazamento de informações precedeu saída de promotoras

A saída das promotoras Simone Sibilio e Leticia Emile das investigações do homicídio da vereadora Marielle Franco (PSOL) e de seu motorista, Anderson Gomes, teve como pano de fundo o vazamento de informações confidenciais da apuração, segundo a TV Globo.

O último ato da dupla antes de decidir deixar a força-tarefa criada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro para esclarecer a existência de mandantes do crime foi denunciar um delegado por supostamente ter violado o sigilo do caso, o que colocaria a investigação em risco, de acordo com reportagem do RJ2.

O delegado Maurício Demétrio Afonso Alves foi preso há duas semanas e acusado pelas promotoras de comandar uma quadrilha que cobrava propina de comerciantes de produtos falsificados em Petrópolis. Paralelamente, descobriu-se que ele recebeu de uma pessoa ainda não identificada dados dos assassinatos.

As informações confidenciais estavam no email de um ex-policia civil que teve o sigilo telemático quebrado durante as investigações, ainda segundo a TV. O ex-policia, que não teve o nome divulgado, seria ligado à contravenção e estaria entre os investigados pelas mortes da parlamentar e do motorista.

Demétrio dizia que esse ex-policia era um desafeto dele, que o estaria monitorando e colocando sua vida em risco, colocando-se como vítima de uma organização suposta criminosa. Para as promotoras, porém, isso teria sido uma estratégia para demonstrar poder contra antigos rivais.

O delegado protocolou petições no Ministério Público Eleitoral e também no Ministério Público Federal, expondo informações secretas do caso Marielle e Anderson sem autorização judicial e gerando a acusação pelo crime de violação de sigilo.

Procurado, o Ministério Público confirmou a denúncia contra o delegado, mas disse que, como ela está sob sigilo, "não é possível dar outras informações".

Segundo a Globo, Demétrio teria ainda procurado a Delegacia de Homicídios do Rio, responsável pela investigação dos assassinatos, para "formalizar o acesso aos dados sigilosos" que ele havia recebido de forma ilegal. Foi recebido pelo então titular da unidade, Maysés Santana.

De acordo com a denúncia, na ocasião Santana teria entregado a Demétrio um documento confidencial com informações que "dão conta de que o delegado de polícia estaria sendo monitorado pelo titular das contas de telemática identificadas".

Em depoimento, o titular da DH disse ter "recebido Maurício Demétrio a pedido do secretário de Polícia Civil (Alan

Turnowsky) para que ajudasse no que fosse possível. Mas que em nenhum momento forneceu qualquer conteúdo de conteúdo sigiloso".

Ele foi exonerado da unidade por Turnowsky na última semana, configurando a quarta troca de delegados do caso Marielle em três anos. Será substituído por Henrique Damasceno, antes titular da Barra da Tijuca. Ele foi responsável pelos casos do MC Kevin e do menino Henry Borel, 4, que teria sido morto pelo vereador cassado Dr. Jairinho.

Procurada, a Polícia Civil afirmou que "não há interferência externa na investigação". "O encaminhamento de um delegado que afirma estar sendo ameaçado de morte para ser ouvido pelo delegado de Homicídios é natural e não configura qualquer tipo de interferência", disse em nota.

Questionado em entrevista coletiva nesta terça (13) sobre uma suposta interferência do secretário Alan Turnowsky no caso, o governador Cláudio Castro (PL) respondeu: "Não me meto em investigação nenhuma, é um perfil meu. Cobre só que sejam solucionados".

"Se as promotoras tinham alguma coisa com o doutor Alan, tem a Corregedoria da Polícia Civil e o Luciano Mattos [atual chefe do Ministério Público estadual] que poderia vir conversar comigo. Como nenhuma dessas ações foram feitas, sequer [cabe a mim] comentar notícias da imprensa", declarou.

Simone Sibilio e Leticia Emile estão entre os responsáveis pela linha de investigação que levou à prisão do policial militar aposentado Ronnie Lessa e o ex-PM Elcio Queiroz, únicos acusados pelos assassinatos de Marielle e Anderson até agora.

Elas teriam deixado as investigações devido a divergências causadas por um acordo de colaboração premiada fechado pelo MP-RJ com Júlia Lotuffo, viúva do miliciano e ex-capitão da Polícia Militar Adriano da Nóbrega, de acordo com o jornal O Globo.

Júlia, que foi capturada depois de um mês foragida e cumpre prisão domiciliar, afirmou que tinha pistas para indicar sobre os mandantes do crime, mas as promotoras se sentiram alijadas na negociação. A dupla apontou, segundo o jornal, "risco de interferência externa" na condução do caso.

Adriano da Nóbrega foi morto num sítio em Esplanada (a 170 km de Salvador) em fevereiro de 2020, numa operação da PM da Bahia com a participação de agentes fluminenses.

Ele era amigo e foi companheiro de batalhão de Fabrício Queiroz, amigo do presidente Jair Bolsonaro e apontado como operador financeiro da "rachadinha" no gabinete de Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) na Assembleia do RJ. Também teve a ex-mulher e a mãe lotadas no gabinete.

SANÇÕES

Lula defende Cuba e culpa os EUA por protestos na Ilha

THIAGO AMÂNCIO/FOLHAPRESS

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva recorreu ontem à violência policial contra negros nos Estados Unidos para defender a legitimidade do governo cubano, alvo de protestos desde domingo passado.

"Você não viu nenhum soldado em Cuba com o joelho em cima do pescoço de um negro, matando ele", escreveu o ex-presidente, em rede social, fazendo referência ao assassinato de George Floyd, homem negro morto pela polícia americana em 2020, o que gerou comoção global.

Os protestos contra o governo cubano começaram no domingo e foram recebidos com repressão, com pelo menos 100 manifestantes, ativistas e jornalistas presos, segundo a agência Reuters, inclusive uma repórter espanhola, que escreveu sobre os atos para o jornal espanhol ABC.

Ontem, Lula condenou o bloqueio econômico dos Estados Unidos à ilha e minimizou os atos. "O que está acontecendo em Cuba é de tão especial pra falarem

tanto?! Houve uma passeata. Inclusive vi o presidente de Cuba na passeata, conversando com as pessoas. Cuba já sofre 60 anos de bloqueio econômico dos EUA, ainda mais com a pandemia, é desumano. Já cansei de ver faixa contra Lula, contra Dilma, contra o Trump... As pessoas se manifestam."

Cuba sofre sanções econômicas dos Estados Unidos desde 1960, após a Revolução Cubana expulsar os americanos da ilha, e foi mantido durante a Guerra Fria para tentar sufocar o governo comunista, apoiado pela União Soviética.

O embargo não tem respaldo internacional. Em junho deste ano a ONU condenou o embargo pela 29ª vez, com 184 países contra o bloqueio, e somente Estados Unidos e Israel a favor - o Brasil se absteve.

"O (presidente Joe) Biden deveria aproveitar esse momento pra ir a televisão e anunciar que vai adotar a recomendação dos países na ONU de encerrar esse bloqueio", escreveu Lula, que afirmou que a ilha seria um país mais desenvolvido econômica-

mente se as sanções fossem encerradas.

"Se Cuba não tivesse um bloqueio, poderia ser uma Holanda. Tem um povo intelectualmente preparado, altamente educado. Mas Cuba não conseguiu nem comprar respiradores por causa de um bloqueio desumano dos EUA", disse.

"Os americanos precisam parar com esse rancor. O bloqueio é uma forma de matar seres humanos que não estão em guerra. Do que os EUA tem medo? Eu sei o que é um país tentando interferir no outro", continuou.

Nos Estados Unidos, os protestos foram elogiados pelo presidente americano. "O povo cubano está bravamente protestando por direitos fundamentais e universais. Esses direitos, incluindo o direito a protestar pacificamente e o direito a determinar livremente seu próprio futuro, deve ser respeitado", disse Joe Biden em comunicado na segunda-feira passada. "Os EUA pedem ao regime cubano que, em vez de enriquecerem, escute o povo e atenda às suas necessidades", disse o

comunicado.

Os governos Lula (2003-2010) e, depois, Dilma (2011-2016), foram importantes pilares de sustentação internacional do regime cubano, que havia sido fortemente afetado pelo fim da União Soviética, em 1991, quando a ilha começou a sofrer com desabastecimento.

Além do Brasil, a ascensão de Hugo Chávez na Venezuela, em 1999, também foi importante economicamente para a ilha, sobretudo nos momentos de bonança econômica do país sulamericano.

Já a direita brasileira condena o regime cubano e aproveitou as manifestações desta semana para pedir a queda do presidente Miguel Díaz Canel.

O presidente Bolsonaro, por exemplo, questionou a repressão. "Foram pedir, além de alimentos, eletricidade. Foram pedir... Pediram mais uma coisa. Por último, em quarto lugar, pediram liberdade. Sabe o que eles tiveram ontem? Borrachada, pancada e prisão", afirmou a apoiadores na segunda-feira.

ÁFRICA DO SUL

Violência se agrava, e saldo de mortos chega a ao menos 45

LUCAS ALONSO/FOLHAPRESS

Multidões entraram em confronto com a polícia e voltaram a saquear e incendiar lojas, depósitos e supermercados na África do Sul ontem. No quinto dia de violência generalizada no país, o saldo chega a ao menos 45 mortos e mais de 750 presos.

Os atos começaram na última sexta-feira, com bloqueios de estradas e veículos incendiados, pouco depois de o ex-presidente Jacob Zuma se entregar às autoridades e passar sua primeira noite na cadeia. Ele foi condenado a 15 meses de prisão por desacato à Justiça ao deixar de comparecer a audiências convocadas por uma comissão que investiga acusações de corrupção contra seu governo.

As manifestações políticas, no entanto, ficaram em segundo plano à medida em que uma onda de saques em lojas e episódios de vandalismo no fim de semana começou a assolar as principais cidades da África do Sul. Os atos se concentram nas províncias de Gauteng - que abriga a capital econômica do país, Joanesburgo - e KwaZulu-Natal, onde Zuma nasceu.

O atual presidente, Cyril Ramaphosa, anunciou na noite desta segunda-feira o envio de tropas para ajudar a polícia, sobrecarregada pelos distúrbios, e "restaurar a ordem".

"Não há queixa ou qualquer razão política que possa justificar a violência e a destruição", disse o presidente, para quem o que se vê nas ruas são atos de promoção do caos para encobrir saques e roubos. "O caminho da violência, saques e anarquia só leva a mais violência e devastação."

A polícia disse ter encontrado dez pessoas mortas durante a abordagem de uma multidão em um shopping de Soweto, na pro-

víncia de Gauteng. Na manhã desta terça, dezenas de mulheres, homens e até crianças invadiram as câmaras frias de uma rede de açougues por atacado e fugiram carregando caixas de carne congelada.

A busca por comida indica que a população de Soweto, vivendo em um dos principais símbolos da desigualdade no país após o fim do regime de segregação racial que vigorou na África do Sul durante quase 50 anos, tem sido uma das mais atingidas pelos efeitos econômicos da pandemia de coronavírus.

Saqueadores também invadiram armazéns e supermercados em Durban, um dos principais centros de importação e exportação da África do Sul, no leste do país.

Imagens de emissoras locais e vídeos compartilhados em redes sociais mostram multidões enchendo carrinhos com produtos eletrônicos, roupas e outras mercadorias. Dentro das lojas, praticamente destruídas, restavam apenas embalagens descartadas enquanto as prateleiras eram esvaziadas.

Vistas aéreas da cidade mostram grandes nuvens de fumaça preta subindo de vários depósitos, indicando pontos onde as lojas foram incendiadas.

O número de pessoas mortas pode ser ainda maior, já que os números divulgados por autoridades do governo federal não condizem com os dados regionais. Os premiês de KwaZulu-Natal e Gauteng divulgaram, respectivamente, 26 e 19 mortes em suas províncias, enquanto o ministro da Polícia, Bheki Cele, contabilizou, oficialmente, dez óbitos.

"Nenhuma quantidade de infelicidade ou circunstâncias pessoais de nosso povo dá o direito a alguém de saquear, vandalizar e fazer o que quiser e infringir a lei",

disse Cele, durante pronunciamento em que ecoou a fala de Ramaphosa e anunciou a prisão de 757 pessoas.

Segundo o ministro, o governo agiria para evitar que o agravamento da violência se espalhe ainda mais. Cele também fez um alerta para que as pessoas não "zombem do Estado democrático" da África do Sul.

Na mesma entrevista coletiva, a ministra da Defesa, Nosiviwe Mapisa-Nqakula, descartou, ao menos por enquanto, a declaração de estado de emergência no país.

Zuma, um dos líderes da luta pelo fim do apartheid ao lado de Nelson Mandela (1918-2013), foi o presidente mais controverso da África do Sul desde o fim do regime de segregação, em 1994. Seu domínio sobre a dinâmica interna do CNA (Congresso Nacional Africano), partido que comanda o país há 27 anos, foi o que lhe permitiu sua manutenção na cena pública por tanto tempo.

A influência política de Zuma, no entanto, diminuiu desde que Ramaphosa, seu vice, o substituiu como líder da legenda e, posteriormente, presidente do país. Antes de cair, viu alguns dos membros do CNA e milhares de sul-africanos tomarem as ruas exigindo sua renúncia.

Em 2016, foi alvo de um processo de impeachment por ter ignorado a orientação de reembolsar os cofres públicos da África do Sul após usar verbas do Estado, quatro anos antes, para obras em sua residência privada - uma piscina, um anfiteatro e uma área para criação de gado, entre outras.

A ostentação de Zuma, enquanto, à época, quase metade dos sul-africanos viviam na pobreza, erodiu sua popularidade, o que o levou a ser vaiado, em 2013, por uma multidão que acompa-

nhava uma cerimônia de homenagem a Mandela, com quem o ex-presidente ficou preso por dez anos durante a era do apartheid.

Zuma sobreviveu ao processo de impeachment graças à maioria que o CNA detinha no Parlamento - foram 143 votos a favor do impeachment e 233 contra. As reiteradas crises, no entanto, também desgastaram sua imagem dentro do partido. Em 2017, o Tribunal Constitucional concluiu que o CNA falhou em responsabilizar Zuma por seus atos e, provocado pelos partidos de oposição, instruiu a legenda a criar procedimentos para a destituição de um presidente.

Procurando fugir do fantasma de um novo processo de impeachment e dos efeitos de mais um desgaste desse nível na opinião pública e nas urnas, o CNA conseguiu que, sob pressão, Zuma renunciasse à Presidência em 2018, ainda que ele tenha caído atirando -ele alegou que não havia feito nada de errado e que estava sendo tratado injustamente pelo partido.

Desde então, o ex-presidente tem enfrentado na Justiça as acusações de crimes de corrupção cometidos antes e durante seu mandato. Uma delas se refere à chamada "comissão Zondo", caso no qual estão sendo examinadas alegações de suborno envolvendo três magnatas indianos - os irmãos Atul, Ajay e Rajesh Gupta. Zuma nega qualquer irregularidade, mas até agora não cooperou com as investigações.

Os irmãos Gupta, que também negam as acusações, deixaram a África do Sul após a deposição do hoje ex-presidente. Em outro processo, ele enfrenta 16 acusações de fraude, corrupção e crime organizado relacionadas à compra de equipamento militar de cinco empresas europeias em 1999, quando era vice.

ÉTICA

Conselho recomenda censura escrita a Daniel

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 11 votos a 5, a aplicação de censura escrita ao deputado Daniel Silveira (PSL-RJ). O parlamentar responde, nesta representação, pela acusação de ter ameaçado manifestantes contrários ao governo, por meio de postagem em uma rede social em 2020.

É a terceira representação contra Silveira no Conselho de Ética. A pena de censura escrita foi proposta pelo deputado Diego Garcia (Pode-PR), relator da representação. O parlamen-

tar foi escolhido após a rejeição, por 10 votos a 9, do parecer proposto pela deputada Professora Rosa Neide (PT-MT), que previa a suspensão do mandato de Silveira por três meses.

Neste caso, a representação contra Silveira foi movida pelos partidos Rede, PSOL e PSB.

Por se tratar de pena considerada branda, a decisão não precisa ser votada pelo plenário. A Mesa Diretora da Câmara deverá definir se a pena será apenas lida no plenário ou publicada diretamente no Diário da Câmara.

Nota

INCÊNDIO EM UNIDADE PARA COVID-19 DEIXA MAIS DE 60 MORTOS EM HOSPITAL

Ao menos 66 pessoas morreram na segunda-feira passada em decorrência de um incêndio em um hospital na cidade de Nassíria, no sul do Iraque. Mais de 100 pessoas ficaram feridas, de acordo com autoridades locais, que agora enfrentam acusações de negligência. Segundo o resultado das primeiras investigações, o fogo começou em uma aula exclusiva para tratamento de pacientes com coronavírus quando faíscas de uma fiação defeituosa se espalharam para um tanque de oxigênio, que

explodiu. Durante horas, as chamas se espalharam pela unidade anti-Covid, impedindo a saída das vítimas, incluindo grupos de familiares que estavam em horário de visita. Quando os bombeiros conseguiram controlar o fogo, o cenário era de tetos afundados, paredes enegrecidas, vidros estilhaçados e dezenas de corpos carbonizados. Ontem, equipes de resgate estavam usando guindastes para remover os destroços carbonizados, e centenas de pessoas se juntaram do lado de fora do hospital al-Hussain - muitos como voluntários, para ajudar a resgatar pacientes presos e outros em busca de informações sobre amigos e familiares que estavam internados.